

O USO DE JOGOS TECNOLÓGICOS COMO RECURSO PEDAGÓGICO NA ALFABETIZAÇÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

THE USE OF TECHNOLOGICAL GAMES AS A PEDAGOGICAL RESOURCE IN THE LITERACY OF STUDENTS WITH INTELLECTUAL DISABILITIES

EL USO DE JUEGOS TECNOLÓGICOS COMO RECURSO PEDAGÓGICO EN LA ALFABETIZACIÓN DE ESTUDIANTES CON DISCAPACIDAD INTELECTUAL

Marlene Ribeiro Arruda¹
Antonio Edson Alves da Silva²

RESUMO: Este artigo analisa o uso de jogos tecnológicos como recurso pedagógico no processo de alfabetização de alunos com deficiência intelectual, considerando as contribuições dessas ferramentas para a promoção de uma aprendizagem mais significativa e inclusiva. Trata-se de uma pesquisa de natureza aplicada, com abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, desenvolvida em uma escola pública do município de Itaitinga-CE. Os dados foram coletados por meio de observações em sala de aula e análise das práticas pedagógicas, sendo interpretados à luz da análise de conteúdo. Os resultados evidenciam que a utilização de jogos tecnológicos favorece o engajamento, a motivação e a participação ativa dos alunos, além de contribuir para o desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita. Observou-se também o fortalecimento da autonomia e da autoestima dos estudantes, aspectos fundamentais para o processo de aprendizagem. Ademais, os jogos possibilitaram a diversificação das estratégias pedagógicas, promovendo um ambiente mais dinâmico e interativo. No entanto, foram identificados desafios relacionados à infraestrutura tecnológica e à necessidade de formação docente para o uso adequado desses recursos. Conclui-se que os jogos tecnológicos constituem uma ferramenta eficaz no contexto da alfabetização inclusiva, desde que utilizados de forma planejada e alinhada às necessidades dos alunos, contribuindo para a construção de práticas pedagógicas mais equitativas e inovadoras.

Palavras-chave: Alfabetização. Jogos tecnológicos. Deficiência intelectual. Educação inclusiva. Práticas pedagógicas.

¹Mestranda em Ciências da Educação pela Universidad del Sol (UNADES). Licenciada em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Especialista em Gestão Escolar, com ênfase em Administração, Supervisão, Orientação e Inspeção, pela Faculdade Futura. Possui também especialização em Psicopedagogia pela Faculdade IBRA/FABRAS. Professora Efetiva da Rede Pública Municipal de Itaitinga, Ceará, Brasil.

²Pós-Doutor em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFC. Doutor e Mestre em Linguística Aplicada pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da UECE. Professor da Rede Pública Municipal de Caucaia, Ceará, Brasil.

ABSTRACT: This article analyzes the use of technological games as a pedagogical resource in the literacy process of students with intellectual disabilities, considering the contributions of these tools to promote more meaningful and inclusive learning. This is an applied research study with a qualitative approach, characterized as exploratory and descriptive, conducted in a public school in the municipality of Itaitinga-CE, Brazil. Data were collected through classroom observations and analysis of pedagogical practices, and interpreted using content analysis. The results show that the use of technological games enhances students' engagement, motivation, and active participation, in addition to contributing to the development of reading and writing skills. It was also observed that these resources promote students' autonomy and self-esteem, which are essential for the learning process. Furthermore, the use of games enabled the diversification of teaching strategies, fostering a more dynamic and interactive learning environment. However, challenges related to technological infrastructure and the need for teacher training were identified. It is concluded that technological games constitute an effective tool in inclusive literacy contexts when used in a planned manner aligned with students' needs, contributing to more equitable and innovative pedagogical practices.

Keywords: Literacy. Technological games. Intellectual disability. Inclusive education. Pedagogical practices.

RESUMEN: Este artículo analiza el uso de juegos tecnológicos como recurso pedagógico en el proceso de alfabetización de estudiantes con discapacidad intelectual, considerando las contribuciones de estas herramientas para promover un aprendizaje más significativo e inclusivo. Se trata de una investigación de naturaleza aplicada, con enfoque cualitativo, de carácter exploratorio y descriptivo, desarrollada en una escuela pública del municipio de Itaitinga-CE, Brasil. Los datos fueron recolectados mediante observaciones en el aula y el análisis de las prácticas pedagógicas, siendo interpretados a partir del análisis de contenido. Los resultados evidencian que el uso de juegos tecnológicos favorece el compromiso, la motivación y la participación activa de los estudiantes, además de contribuir al desarrollo de habilidades de lectura y escritura. También se observó el fortalecimiento de la autonomía y la autoestima de los alumnos, aspectos fundamentales para el proceso de aprendizaje. Asimismo, los juegos permitieron diversificar las estrategias de enseñanza, promoviendo un ambiente más dinámico e interactivo. Sin embargo, se identificaron desafíos relacionados con la infraestructura tecnológica y la necesidad de formación docente para el uso adecuado de estos recursos. Se concluye que los juegos tecnológicos constituyen una herramienta eficaz en el contexto de la alfabetización inclusiva, siempre que se utilicen de manera planificada y alineada con las necesidades de los estudiantes, contribuyendo a prácticas pedagógicas más equitativas e innovadoras.

Palabras clave: Alfabetización. Juegos tecnológicos. Discapacidad intelectual. Educación inclusiva. Prácticas pedagógicas.

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva tem se consolidado como um princípio fundamental no campo educacional contemporâneo, especialmente ao considerar o direito de todos os estudantes à aprendizagem em condições de equidade. Nesse contexto, a alfabetização assume papel central,

uma vez que constitui a base para o desenvolvimento das competências cognitivas, sociais e comunicativas. No entanto, quando se trata de alunos com deficiência intelectual, esse processo demanda práticas pedagógicas diferenciadas, que considerem as especificidades do desenvolvimento e promovam estratégias que favoreçam a aprendizagem significativa .

A deficiência intelectual, compreendida como uma condição que envolve limitações no funcionamento intelectual e no comportamento adaptativo, impõe desafios importantes ao processo de ensino e aprendizagem, sobretudo no que se refere à aquisição da leitura e da escrita. Nesse sentido, torna-se imprescindível que a escola adote metodologias que respeitem o ritmo e as potencialidades dos alunos, rompendo com práticas tradicionais centradas na repetição e na memorização, e avançando em direção a abordagens mais dinâmicas e inclusivas .

No cenário da educação básica, especialmente nos anos iniciais do ensino fundamental, observa-se uma ampliação do acesso de alunos com necessidades educacionais diversas às classes regulares, impulsionada por políticas públicas inclusivas. Contudo, o desafio não se limita ao acesso, mas se estende à garantia de permanência e sucesso escolar. Dessa forma, torna-se necessário repensar as práticas pedagógicas, de modo a promover condições efetivas de aprendizagem para todos os estudantes .

Dentre as estratégias pedagógicas que vêm sendo discutidas na literatura, destacam-se os jogos educativos como ferramentas capazes de promover o engajamento, a motivação e a participação ativa dos alunos no processo de aprendizagem. A ludicidade, nesse contexto, favorece a construção do conhecimento de forma significativa, especialmente para alunos que apresentam dificuldades no processo de alfabetização, ao integrar aspectos cognitivos, afetivos e sociais .

A utilização de jogos educativos no processo de alfabetização possibilita a criação de situações didáticas mais flexíveis e adaptáveis às necessidades dos alunos, contribuindo para o desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita. Além disso, tais recursos favorecem a interação social e a autonomia dos estudantes, elementos essenciais para a construção de uma aprendizagem inclusiva e significativa, especialmente no contexto da escola pública .

Diante desse contexto, este estudo tem como objetivo geral analisar a utilização de jogos educativos como ferramenta pedagógica no processo de alfabetização de alunos com deficiência intelectual em uma escola pública de Itaitinga-CE, buscando compreender suas contribuições para o desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita e para a promoção de práticas pedagógicas mais inclusivas.

Por fim, destaca-se que este trabalho constitui um recorte da dissertação apresentada ao curso de Ciências da Educação da Universidad Del Sol (UNADES), desenvolvida no âmbito do mestrado, a qual investigou de forma mais ampla as práticas pedagógicas relacionadas ao uso de jogos educativos no contexto da alfabetização inclusiva.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

A educação inclusiva constitui-se como um paradigma educacional que visa garantir o direito de todos os sujeitos à aprendizagem, respeitando suas diferenças e promovendo equidade no acesso, na permanência e no sucesso escolar. No contexto brasileiro, esse modelo ganha relevância a partir das transformações sociais e legais que passaram a reconhecer a diversidade como elemento constitutivo da sociedade. Dessa forma, a escola deixa de ser um espaço homogêneo e passa a assumir a responsabilidade de atender a todos os alunos, independentemente de suas condições físicas, cognitivas ou sociais.

A consolidação da educação inclusiva está diretamente relacionada aos princípios estabelecidos na Constituição Federal de 1988, que assegura a educação como direito de todos e dever do Estado e da família. Esse marco legal representa um avanço significativo na garantia dos direitos educacionais, ao reconhecer a necessidade de um sistema educacional que contemple a diversidade humana. A partir desse momento, intensificam-se as discussões sobre a inclusão de alunos com deficiência no ensino regular.

4

No campo das políticas públicas, destaca-se a promulgação da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, que reforça o compromisso com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Essa legislação estabelece diretrizes para a inclusão em diferentes esferas, incluindo a educação, ao determinar que o sistema educacional deve ser inclusivo em todos os níveis e modalidades. Tal perspectiva amplia a compreensão da inclusão como um direito inalienável.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva também representa um marco importante, ao orientar os sistemas de ensino na organização de práticas pedagógicas que atendam às necessidades específicas dos alunos. Essa política propõe a substituição de modelos segregadores por práticas inclusivas, enfatizando a importância da convivência entre alunos com e sem deficiência no mesmo espaço escolar.

A deficiência intelectual, nesse contexto, é compreendida como uma condição que envolve limitações significativas no funcionamento intelectual e no comportamento

adaptativo, manifestando-se antes dos dezoito anos. Essa definição, amplamente difundida por organismos internacionais e pesquisadores da área, destaca a necessidade de considerar não apenas os aspectos cognitivos, mas também as habilidades sociais e práticas do indivíduo.

No ambiente escolar, alunos com deficiência intelectual enfrentam desafios relacionados à aprendizagem, à comunicação e à interação social. Essas dificuldades exigem a adoção de práticas pedagógicas diferenciadas, que considerem o ritmo de aprendizagem e as potencialidades de cada estudante. A escola inclusiva, nesse sentido, deve ser capaz de adaptar suas metodologias para garantir a participação efetiva desses alunos.

A formação docente surge como um elemento central na efetivação da educação inclusiva. Professores preparados para lidar com a diversidade são capazes de desenvolver estratégias pedagógicas mais eficazes, promovendo a aprendizagem de todos os alunos. No entanto, ainda se observa uma lacuna na formação inicial e continuada, o que impacta diretamente a qualidade das práticas inclusivas.

Além da formação docente, a infraestrutura escolar também desempenha um papel fundamental na inclusão. Ambientes acessíveis, recursos pedagógicos adequados e apoio especializado são elementos essenciais para garantir que alunos com deficiência intelectual tenham condições de participar plenamente das atividades escolares. A ausência desses recursos pode comprometer o processo de ensino e aprendizagem.

A inclusão escolar implica, ainda, uma mudança de paradigma em relação ao conceito de normalidade. Ao reconhecer a diversidade como um valor, a escola passa a questionar práticas excludentes e a buscar alternativas que promovam a equidade. Esse movimento exige uma revisão das concepções pedagógicas e das práticas tradicionais de ensino.

Nesse cenário, a atuação do professor como mediador do processo de aprendizagem torna-se ainda mais relevante. O docente deve ser capaz de identificar as necessidades dos alunos e propor intervenções que favoreçam o desenvolvimento de suas habilidades. A mediação pedagógica, portanto, assume um papel estratégico na promoção da aprendizagem inclusiva.

A concepção de educação inclusiva também está relacionada à valorização das diferenças como elemento enriquecedor do processo educativo. Ao conviver com a diversidade, os alunos desenvolvem habilidades sociais, como respeito, empatia e cooperação, que são fundamentais para a vida em sociedade. Dessa forma, a inclusão beneficia não apenas os alunos com deficiência, mas toda a comunidade escolar.

A escola inclusiva, nesse sentido, deve ser compreendida como um espaço de construção coletiva do conhecimento, em que todos os sujeitos têm a oportunidade de aprender e ensinar. Essa perspectiva rompe com a lógica tradicional de ensino, centrada na transmissão de conteúdos, e valoriza a participação ativa dos alunos no processo educativo.

A deficiência intelectual, quando analisada sob uma perspectiva social, deixa de ser vista apenas como uma limitação individual e passa a ser compreendida como resultado da interação entre o sujeito e o meio. Essa abordagem enfatiza a importância de eliminar barreiras que dificultam a participação plena dos indivíduos na sociedade.

No contexto educacional, isso significa reconhecer que as dificuldades de aprendizagem não estão apenas no aluno, mas também nas práticas pedagógicas e nas condições oferecidas pela escola. Dessa forma, a inclusão exige uma mudança estrutural no sistema educacional, que deve se tornar mais flexível e adaptável às necessidades dos alunos.

Autores como Mantoan defendem que a inclusão escolar não se limita à presença física do aluno na sala de aula, mas implica a transformação das práticas pedagógicas. Essa perspectiva destaca a necessidade de uma escola que acolha a diversidade e promova a aprendizagem de todos os alunos, independentemente de suas condições.

A implementação da educação inclusiva enfrenta desafios significativos, especialmente no contexto das escolas públicas, onde muitas vezes faltam recursos e apoio institucional. No entanto, esses desafios não devem ser vistos como obstáculos intransponíveis, mas como oportunidades para a construção de práticas pedagógicas mais inovadoras.

A colaboração entre professores, gestores, famílias e profissionais de apoio é fundamental para o sucesso da inclusão escolar. Essa articulação permite a construção de estratégias mais eficazes, que atendam às necessidades dos alunos com deficiência intelectual. O trabalho coletivo, portanto, é um elemento essencial na promoção da inclusão.

A avaliação da aprendizagem também precisa ser repensada no contexto da educação inclusiva. Modelos tradicionais, baseados em provas padronizadas, muitas vezes não conseguem captar o desenvolvimento dos alunos com deficiência intelectual. Nesse sentido, torna-se necessário adotar instrumentos avaliativos mais flexíveis e diversificados.

A inclusão escolar está diretamente relacionada à construção de uma sociedade mais justa e democrática. Ao garantir o direito à educação para todos, contribui-se para a redução das desigualdades e para a promoção da cidadania. Esse compromisso deve ser assumido por todos os atores envolvidos no processo educativo.

De acordo com Mantoan (2003, p. 45):

A inclusão escolar implica uma mudança radical na concepção de ensino e aprendizagem, exigindo que a escola se reorganize para atender à diversidade dos alunos. Não se trata apenas de inserir o aluno com deficiência no ensino regular, mas de transformar a escola em um espaço que reconheça e valorize as diferenças, promovendo a aprendizagem de todos. Essa transformação envolve a revisão das práticas pedagógicas, a formação dos professores e a construção de uma cultura escolar inclusiva, baseada no respeito e na valorização da diversidade.

A educação inclusiva, portanto, demanda uma postura crítica e reflexiva por parte dos profissionais da educação, que devem estar abertos a repensar suas práticas e a buscar novas formas de ensinar. Esse processo de transformação é contínuo e exige compromisso com a construção de uma escola mais justa e igualitária.

A compreensão da deficiência intelectual no contexto educacional exige uma abordagem que ultrapasse os limites de uma visão estritamente clínica, incorporando elementos sociais, culturais e pedagógicos. Essa perspectiva permite reconhecer que as dificuldades enfrentadas pelos alunos não decorrem exclusivamente de suas condições individuais, mas também das barreiras impostas pelo ambiente escolar. Assim, a inclusão passa a ser entendida como um processo de eliminação dessas barreiras, promovendo condições equitativas de aprendizagem.

No âmbito das práticas pedagógicas, torna-se fundamental adotar estratégias que favoreçam a participação ativa dos alunos com deficiência intelectual. Isso implica a utilização de recursos didáticos diversificados, a adaptação de conteúdos e a flexibilização das metodologias de ensino. Essas ações contribuem para a construção de um ambiente educacional mais acessível e inclusivo, no qual todos os alunos possam desenvolver suas potencialidades.

A escola, enquanto instituição social, desempenha um papel central na promoção da inclusão. Ao assumir o compromisso com a diversidade, ela se torna um espaço de convivência e aprendizagem, no qual as diferenças são respeitadas e valorizadas. Essa transformação exige uma mudança de postura por parte de todos os envolvidos no processo educativo, incluindo professores, gestores e demais profissionais da educação.

A atuação do professor, nesse contexto, é fundamental para o sucesso da inclusão escolar. Cabe a esse profissional identificar as necessidades dos alunos, planejar atividades adequadas e promover intervenções pedagógicas que favoreçam o desenvolvimento das habilidades cognitivas e sociais. A formação continuada, portanto, torna-se um elemento indispensável para o aprimoramento das práticas docentes.

A deficiência intelectual, ao impactar o processo de aprendizagem, requer uma atenção especial no planejamento pedagógico. Os conteúdos devem ser apresentados de forma clara,

contextualizada e significativa, considerando o nível de desenvolvimento dos alunos. Além disso, é importante utilizar estratégias que estimulem a autonomia e a participação ativa, contribuindo para a construção do conhecimento.

A inclusão escolar também está relacionada à construção de uma cultura institucional que valorize a diversidade. Isso implica a adoção de políticas internas que promovam a equidade e o respeito às diferenças, bem como a criação de espaços de diálogo e reflexão sobre as práticas pedagógicas. A gestão escolar, nesse sentido, desempenha um papel estratégico na implementação dessas ações.

A participação da família no processo educativo é outro aspecto relevante para a inclusão de alunos com deficiência intelectual. O envolvimento dos responsáveis contribui para o acompanhamento do desenvolvimento dos alunos e para a construção de estratégias pedagógicas mais eficazes. A parceria entre escola e família fortalece o processo de ensino e aprendizagem.

A avaliação, no contexto da educação inclusiva, deve ser compreendida como um processo contínuo e formativo, que visa identificar os avanços e as dificuldades dos alunos. Nesse sentido, é necessário utilizar instrumentos diversificados, que considerem as especificidades de cada estudante. A avaliação deve ser um instrumento de apoio à aprendizagem, e não de exclusão.

A inclusão de alunos com deficiência intelectual nas classes regulares também contribui para a formação de uma sociedade mais inclusiva. Ao conviver com a diversidade, os alunos desenvolvem valores como respeito, solidariedade e empatia, que são fundamentais para a vida em sociedade. Essa convivência favorece a construção de relações mais justas e igualitárias.

Nesse contexto, a educação inclusiva se configura como um processo dinâmico e em constante construção, que exige o compromisso de todos os atores envolvidos. A busca por práticas pedagógicas mais inclusivas deve ser contínua, considerando as transformações sociais e as necessidades dos alunos. A escola, portanto, deve estar aberta à inovação e à mudança.

A compreensão das práticas inclusivas no contexto escolar demanda a análise das condições concretas em que o ensino se realiza, especialmente nas redes públicas de ensino. Fatores como número de alunos por turma, carga horária docente e acesso a recursos pedagógicos influenciam diretamente a efetivação da inclusão. Esses elementos precisam ser considerados na construção de propostas pedagógicas que visem atender à diversidade.

No que se refere à deficiência intelectual, é importante reconhecer que cada aluno apresenta características e necessidades específicas. Dessa forma, não é possível adotar uma única metodologia de ensino que atenda a todos. A individualização do ensino, nesse sentido, torna-se uma estratégia essencial para garantir a aprendizagem significativa.

A prática pedagógica inclusiva também envolve a utilização de diferentes linguagens e recursos didáticos, que possibilitem a compreensão dos conteúdos por parte dos alunos. Recursos visuais, atividades práticas e tecnologias assistivas podem contribuir significativamente para o processo de ensino e aprendizagem, especialmente no caso de alunos com deficiência intelectual.

A construção de um currículo inclusivo é outro desafio enfrentado pelas escolas. Esse currículo deve ser flexível e adaptável, permitindo a inclusão de todos os alunos, independentemente de suas condições. A flexibilização curricular não implica a redução dos conteúdos, mas a adequação das estratégias de ensino às necessidades dos alunos.

A formação inicial dos professores, muitas vezes, não contempla de forma adequada a temática da educação inclusiva. Isso resulta em dificuldades na prática docente, especialmente no que se refere ao atendimento de alunos com deficiência intelectual. A formação continuada, nesse contexto, surge como uma possibilidade de suprir essas lacunas.

A inclusão escolar também está relacionada à garantia de direitos humanos fundamentais. Ao assegurar o acesso à educação para todos, contribui-se para a construção de uma sociedade mais justa e democrática. A educação inclusiva, portanto, deve ser compreendida como uma política pública essencial.

A atuação dos profissionais de apoio, como psicopedagogos e intérpretes, pode contribuir significativamente para o processo de inclusão. Esses profissionais auxiliam na identificação das necessidades dos alunos e na elaboração de estratégias pedagógicas adequadas. O trabalho em equipe, nesse sentido, é fundamental.

A gestão escolar, ao promover uma cultura inclusiva, deve incentivar a participação de todos os membros da comunidade escolar. A construção de um ambiente acolhedor e respeitoso favorece o desenvolvimento dos alunos e contribui para a efetivação da inclusão.

As políticas públicas voltadas para a educação inclusiva precisam ser acompanhadas de investimentos adequados, que garantam sua implementação. A falta de recursos compromete a qualidade do ensino e dificulta a inclusão de alunos com deficiência intelectual.

Conforme Sassaki (1997, p. 41):

A inclusão social é o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais, e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. A inclusão constitui, portanto, um processo bilateral no qual as pessoas, ainda excluídas, e a sociedade buscam, em parceria, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos, construindo uma sociedade verdadeiramente democrática.

A perspectiva apresentada reforça a necessidade de compreender a inclusão como um processo coletivo, que envolve mudanças estruturais e atitudinais. A educação, nesse contexto, assume um papel central na promoção da equidade, ao possibilitar o acesso ao conhecimento e o desenvolvimento das potencialidades de todos os indivíduos.

A consolidação de práticas inclusivas no contexto escolar requer uma compreensão ampliada acerca das múltiplas dimensões que envolvem o processo educativo, sobretudo quando se trata de alunos com deficiência intelectual. Nesse sentido, a escola precisa se reorganizar pedagogicamente para atender às especificidades desses sujeitos, considerando não apenas suas limitações, mas, principalmente, suas potencialidades. Essa mudança de perspectiva implica abandonar práticas homogêneas e adotar estratégias que valorizem as diferenças como elementos constitutivos do processo de aprendizagem, promovendo um ensino mais equitativo e significativo.

A deficiência intelectual, quando analisada sob uma perspectiva educacional contemporânea, deixa de ser entendida como um fator determinante de incapacidade e passa a ser compreendida como uma condição que demanda apoios específicos. Esses apoios, quando adequadamente planejados e implementados, podem favorecer o desenvolvimento das habilidades cognitivas, sociais e comunicativas dos alunos. Dessa forma, a escola inclusiva deve estar preparada para oferecer condições que possibilitem o pleno desenvolvimento desses estudantes, respeitando seus tempos e modos de aprender.

A prática docente, nesse contexto, assume um papel fundamental na efetivação da inclusão, uma vez que é por meio dela que se concretizam as propostas pedagógicas. O professor, enquanto mediador do conhecimento, precisa desenvolver competências que lhe permitam identificar as necessidades dos alunos e propor intervenções adequadas. Isso envolve a utilização de metodologias diversificadas, a adaptação de materiais didáticos e a criação de ambientes de aprendizagem que favoreçam a participação ativa dos estudantes.

A organização do trabalho pedagógico também precisa ser repensada à luz dos princípios da educação inclusiva. O planejamento das atividades deve considerar a diversidade presente na sala de aula, prevendo diferentes formas de acesso ao conhecimento. Nesse sentido, a

flexibilização curricular torna-se uma estratégia indispensável, pois permite ajustar os conteúdos, os objetivos e as formas de avaliação às necessidades dos alunos com deficiência intelectual, sem comprometer a qualidade do ensino.

A inclusão escolar, além de envolver aspectos pedagógicos, também demanda mudanças nas atitudes e nas concepções dos profissionais da educação. Muitas vezes, preconceitos e estigmas associados à deficiência intelectual dificultam a implementação de práticas inclusivas. Por isso, é fundamental promover uma cultura escolar baseada no respeito às diferenças e na valorização da diversidade, contribuindo para a construção de um ambiente mais acolhedor e democrático.

MÉTODO

A presente pesquisa insere-se no campo das Ciências da Educação, caracterizando-se como um estudo de natureza aplicada, uma vez que busca produzir conhecimentos voltados à resolução de problemas concretos no contexto escolar. Tal natureza justifica-se pelo fato de a investigação não se limitar à compreensão teórica do fenômeno, mas contribuir diretamente para a melhoria das práticas pedagógicas relacionadas à alfabetização de alunos com deficiência intelectual.

No que se refere à abordagem metodológica, o estudo adota uma perspectiva qualitativa, considerando que os fenômenos educacionais são complexos e não podem ser plenamente compreendidos por meio de dados exclusivamente quantitativos. Essa abordagem permite a análise aprofundada das experiências, percepções e práticas dos sujeitos envolvidos, possibilitando compreender os significados atribuídos ao uso de jogos tecnológicos no processo de alfabetização.

A escolha pela abordagem qualitativa fundamenta-se na compreensão de que a realidade educacional é construída a partir das interações sociais, exigindo a interpretação dos processos, das motivações e das relações estabelecidas no contexto investigado. Dessa forma, busca-se captar a complexidade do processo de alfabetização em contextos inclusivos, respeitando as especificidades dos sujeitos participantes.

Quanto aos objetivos, a pesquisa caracteriza-se como exploratória e descritiva. O caráter exploratório se justifica pela necessidade de aprofundar o conhecimento sobre o uso de jogos tecnológicos na alfabetização, enquanto o caráter descritivo visa registrar, analisar e interpretar as práticas pedagógicas desenvolvidas no contexto investigado.

No que concerne aos procedimentos técnicos, a pesquisa aproxima-se de um estudo de caso, por investigar de forma aprofundada uma realidade específica, situada em uma escola pública do município de Itaitinga-CE. Essa abordagem possibilita compreender o fenômeno em seu contexto real, considerando as particularidades do ambiente escolar e das práticas pedagógicas adotadas.

O campo de investigação corresponde a uma escola pública municipal que atende turmas do Ensino Fundamental I, contemplando estudantes dos anos iniciais. A instituição apresenta características comuns à rede pública de ensino, incluindo diversidade de perfis estudantis e desafios relacionados à inclusão escolar e ao uso de recursos pedagógicos.

Os participantes da pesquisa foram selecionados de forma intencional, incluindo professores que atuam no processo de alfabetização e alunos envolvidos nas atividades com jogos tecnológicos. Tal seleção justifica-se pela relevância desses sujeitos para a compreensão das práticas pedagógicas e das estratégias utilizadas no processo de ensino e aprendizagem.

No que diz respeito aos instrumentos de coleta de dados, foram utilizadas observações em sala de aula, análise das práticas pedagógicas e registros das atividades desenvolvidas. Esses procedimentos permitiram acompanhar a dinâmica das interações entre professores e alunos, bem como identificar as contribuições dos jogos tecnológicos no processo de alfabetização.

A análise dos dados foi realizada à luz da análise de conteúdo, possibilitando a identificação de categorias relacionadas às estratégias pedagógicas, ao uso dos jogos tecnológicos e aos impactos no desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita. Esse procedimento analítico permitiu uma interpretação sistematizada das informações coletadas.

No âmbito ético, a pesquisa respeitou os princípios que regem estudos com seres humanos, garantindo o anonimato dos participantes, a confidencialidade das informações e a participação voluntária. Dessa forma, assegura-se o rigor científico e o compromisso com a integridade dos sujeitos envolvidos na investigação.

RESULTADOS

Os resultados evidenciam que a inserção de jogos tecnológicos no processo de alfabetização contribuiu significativamente para o aumento do engajamento dos alunos. Observou-se que as atividades mediadas por recursos digitais despertaram maior interesse, favorecendo a participação ativa dos estudantes, especialmente daqueles que apresentavam

dificuldades de concentração em práticas tradicionais. Esse dado reforça a importância de estratégias pedagógicas inovadoras no contexto da educação inclusiva.

Nesse sentido, verificou-se que os jogos tecnológicos funcionaram como mediadores do processo de aprendizagem, possibilitando a construção de conhecimentos de forma mais interativa. A ludicidade associada à tecnologia permitiu que os alunos explorassem conteúdos de maneira dinâmica, favorecendo a internalização de habilidades relacionadas à leitura e à escrita. Tal constatação dialoga com abordagens construtivistas que defendem o protagonismo do aluno no processo educativo.

Outro aspecto relevante diz respeito ao desenvolvimento da autonomia dos estudantes. Durante as atividades, foi possível observar que os alunos passaram a realizar tarefas com menor dependência do professor, explorando os recursos disponíveis de forma mais independente. Essa autonomia contribui não apenas para a aprendizagem acadêmica, mas também para o fortalecimento da autoconfiança dos educandos.

Os dados também apontam que os jogos tecnológicos favoreceram a repetição de atividades sem gerar desmotivação. Diferentemente dos exercícios convencionais, que muitas vezes são percebidos como cansativos, os jogos permitiram a prática contínua de habilidades essenciais à alfabetização, como reconhecimento de letras, formação de sílabas e construção de palavras, de maneira atrativa e significativa.

Além disso, observou-se que os alunos com deficiência intelectual demonstraram maior facilidade em compreender conteúdos quando mediados por elementos visuais e interativos. Os estímulos audiovisuais presentes nos jogos contribuíram para a ampliação das possibilidades de aprendizagem, respeitando os diferentes estilos e ritmos dos estudantes.

Outro resultado importante refere-se à socialização entre os alunos. Em diversas situações, os jogos foram utilizados de forma coletiva, promovendo a interação entre os estudantes e incentivando o trabalho em grupo. Esse aspecto é fundamental no contexto da educação inclusiva, pois contribui para a construção de relações mais colaborativas e respeitadas.

No que tange ao papel do professor, verificou-se uma mudança significativa na prática pedagógica. O docente passou a atuar como mediador do conhecimento, orientando os alunos no uso dos jogos e promovendo reflexões sobre as atividades realizadas. Essa mudança reforça a necessidade de formação continuada voltada ao uso pedagógico das tecnologias.

Os resultados também indicam que o uso dos jogos tecnológicos contribuiu para a identificação de dificuldades específicas dos alunos. Por meio das atividades, o professor pôde observar com maior clareza as áreas que necessitavam de intervenção, possibilitando a adoção de estratégias mais direcionadas e eficazes.

Ademais, constatou-se que a utilização de jogos tecnológicos favoreceu a aprendizagem significativa, uma vez que os conteúdos foram apresentados de forma contextualizada e relacionada ao cotidiano dos alunos. Essa abordagem contribuiu para a construção de conhecimentos mais duradouros e relevantes.

Outro ponto a ser destacado é a redução de comportamentos de desinteresse e dispersão. Durante as atividades com jogos, os alunos demonstraram maior concentração e envolvimento, o que impactou positivamente o desempenho nas tarefas propostas. Esse resultado evidencia o potencial motivador das tecnologias educacionais.

Os dados também revelam que a utilização de jogos tecnológicos possibilitou a diversificação das estratégias de ensino. O professor passou a utilizar diferentes recursos e metodologias, rompendo com práticas tradicionais e promovendo um ambiente de aprendizagem mais dinâmico e inclusivo.

No que se refere ao desenvolvimento das habilidades de leitura, observou-se avanços significativos na identificação de letras e palavras. Os jogos contribuíram para a consolidação dessas habilidades, permitindo que os alunos avançassem em seu processo de alfabetização de forma gradual e consistente.

De maneira semelhante, houve progressos no desenvolvimento da escrita. Os alunos passaram a demonstrar maior interesse em registrar palavras e frases, utilizando os conhecimentos adquiridos durante as atividades com jogos tecnológicos. Esse avanço reforça a importância da integração entre leitura e escrita no processo de alfabetização.

Outro resultado relevante diz respeito à autoestima dos alunos. A possibilidade de obter sucesso nas atividades propostas, mesmo diante de dificuldades, contribuiu para o fortalecimento da confiança dos estudantes em suas próprias capacidades. Esse aspecto é essencial para a permanência e o sucesso escolar.

Os resultados também evidenciam a importância da adaptação dos jogos às necessidades dos alunos. Quando os recursos foram adequados ao nível de desenvolvimento dos estudantes, os resultados foram mais expressivos, demonstrando a necessidade de planejamento pedagógico cuidadoso.

Além disso, verificou-se que o uso de jogos tecnológicos contribuiu para a inclusão efetiva dos alunos com deficiência intelectual no ambiente escolar. As atividades possibilitaram a participação ativa desses estudantes, promovendo igualdade de oportunidades no processo de aprendizagem.

Outro aspecto observado foi a necessidade de infraestrutura adequada para o uso das tecnologias. Em alguns momentos, limitações relacionadas a equipamentos e acesso à internet impactaram a realização das atividades, evidenciando desafios que ainda precisam ser superados no contexto educacional.

Os dados também apontam para a importância da formação docente no uso das tecnologias educacionais. Professores que demonstraram maior domínio dos recursos tecnológicos conseguiram explorar melhor o potencial dos jogos, obtendo resultados mais significativos no processo de ensino e aprendizagem.

De modo geral, os resultados confirmam que os jogos tecnológicos constituem uma ferramenta pedagógica eficaz na alfabetização de alunos com deficiência intelectual. Sua utilização contribuiu para a construção de um ambiente de aprendizagem mais inclusivo, dinâmico e significativo.

Por fim, a análise dos dados permite afirmar que a integração entre ludicidade e tecnologia representa um caminho promissor para a educação inclusiva. Ao considerar as especificidades dos alunos e utilizar recursos inovadores, é possível promover uma aprendizagem mais equitativa e de qualidade, atendendo às demandas contemporâneas da educação.

CONCLUSÃO

A presente pesquisa permitiu compreender que o uso de jogos tecnológicos como recurso pedagógico constitui uma estratégia relevante no processo de alfabetização de alunos com deficiência intelectual. Ao integrar ludicidade e tecnologia, observou-se a ampliação das possibilidades de ensino e aprendizagem, favorecendo a construção de conhecimentos de forma mais significativa e acessível.

Os resultados evidenciaram que os jogos tecnológicos contribuem para o aumento do engajamento e da motivação dos alunos, aspectos fundamentais para o desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita. A participação ativa dos estudantes nas atividades demonstrou

que o uso de recursos interativos pode minimizar barreiras no processo de alfabetização, especialmente no contexto da educação inclusiva.

Além disso, verificou-se que a utilização desses recursos favorece o desenvolvimento da autonomia e da autoestima dos alunos. Ao se perceberem capazes de realizar as atividades propostas, os estudantes passam a demonstrar maior confiança em suas habilidades, o que impacta positivamente seu desempenho escolar e sua permanência no ambiente educacional.

Outro aspecto relevante diz respeito à transformação da prática pedagógica, uma vez que o professor assume o papel de mediador do conhecimento, utilizando estratégias diversificadas que atendem às necessidades dos alunos. Nesse sentido, destaca-se a importância da formação continuada docente para o uso crítico e intencional das tecnologias no contexto educacional.

Entretanto, a pesquisa também evidenciou desafios, como a necessidade de infraestrutura adequada e acesso a recursos tecnológicos nas escolas públicas. Tais limitações podem comprometer a efetividade das práticas pedagógicas, indicando a necessidade de investimentos e políticas públicas voltadas à integração das tecnologias na educação.

Dessa forma, conclui-se que os jogos tecnológicos representam uma ferramenta promissora para a promoção da alfabetização em contextos inclusivos, desde que utilizados de maneira planejada e alinhada aos objetivos pedagógicos. Sua adoção deve considerar as especificidades dos alunos, garantindo práticas educativas equitativas e de qualidade.

16

Por fim, sugere-se que futuras pesquisas aprofundem a análise sobre o uso de tecnologias educacionais na alfabetização, explorando diferentes contextos e ampliando o debate sobre práticas inclusivas. A continuidade de estudos nessa área é fundamental para o avanço de uma educação mais democrática, inovadora e comprometida com a aprendizagem de todos os alunos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini de. **Tecnologias e currículo: trajetórias convergentes ou divergentes?** São Paulo: Paulus, 2011.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC).** Brasília: MEC, 2017.

BRASIL. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015).** Brasília: Presidência da República, 2015.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: MEC, 2008.

COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALACIOS, Jesús. **Desenvolvimento psicológico e educação: necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar.** Porto Alegre: Artmed, 2004.

FERREIRO, Emilia; TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da língua escrita.** Porto Alegre: Artmed, 1999.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

KENSKI, Vani Moreira. **Tecnologias e ensino presencial e a distância.** Campinas: Papirus, 2012.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática.** São Paulo: Cortez, 2013.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MORAN, José Manuel. **Novas tecnologias e mediação pedagógica.** Campinas: Papirus, 2013.

OLIVEIRA, Marta Kohl de. **Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento: um processo sócio-histórico.** São Paulo: Scipione, 1997.

PIAGET, Jean. **A formação do símbolo na criança.** Rio de Janeiro: LTC, 1975.

ROJO, Roxane. **Letramentos múltiplos, escola e inclusão social.** São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações.** Campinas: Autores Associados, 2008.

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento.** São Paulo: Contexto, 2004.

VALENTE, José Armando. **O computador na sociedade do conhecimento.** Campinas: UNICAMP/NIED, 1999.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **A formação social da mente.** São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa: como ensinar.** Porto Alegre: Artmed, 1998.